

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ASPECTOS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO:  
ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DA COELCE

MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA

FORTALEZA – DEZEMBRO DE 1999

ASPECTOS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO:  
ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DA COELCE

ESFEAC

MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA

Orientador: Marcus Vinícius Veras Machado

Monografia apresentada à Faculdade  
de Economia, Administração, Atuária,  
Contabilidade e Secretariado, para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

ESFEAC

FORTALEZA – CEARÁ

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Média

---

**MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA**

Nota

---

**Prof. MARCUS VINÍCIOS VERAS MACHADO**

Prof. Orientador

Nota

---

**Prof. VICENTE LIMA CRISÓSTOMO**

Membro da Banca Examinadora

Nota

---

**Prof. OSÓRIO CAVALCANTI ARAÚJO**

Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em 27 de Dezembro de 1999

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

|  |    |
|--|----|
| 1. PRIVATIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....   | 01 |
| 1.1 A evolução do termo privatização.....  | 03 |
| 1.2 Distinção entre desestatização, privatização e desregulamentação.....              | 04 |
| 2. O PORQUÊ DE PRIVATIZAR.....   | 06 |
| 3. ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NA<br>INGLATERRA E NO CHILE.....          | 11 |
| 4. MODELO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL.....   | 17 |
| 4.1 Estrutura do setor elétrico brasileiro.....  | 19 |
| 4.2 Privatização de algumas concessionárias distribuidoras de energia<br>elétrica..... | 22 |
| 5. ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DA COELCE.....  | 27 |

### CONCLUSÕES

### BIBLIOGRAFIA

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| QUADRO 1 – Resumo da operação de venda – ESCELSA, LIGHT e COELBA..... | 25 |
| QUADRO 2 – Mercado de energia elétrica.....                           | 34 |
| QUADRO 3 – Análise do resultado de 1998.....                          | 36 |
| QUADRO 4 – Desempenho empresarial da Coelce.....                      | 38 |

## RESUMO

Esta monografia apresenta um histórico do processo de privatização que vem ocorrendo no mundo globalizado, em particular o do setor elétrico. São apresentadas, também, experiências internacionais ocorridas no Chile e na Inglaterra, sendo utilizadas como parâmetro à realidade brasileira.

O contexto mundial é oportuno para revisar as implicações da estrutura da propriedade, o comportamento e o resultado das empresas estatais. Primeiro, durante a última década ocorreram vários avanços importantes em algumas áreas da teoria econômica que são relevantes para o problema da propriedade, incluindo o estudo da relação Estado-Empresa. Segundo, as mudanças tecnológicas e estruturais ocorridas em várias indústrias onde é comum a propriedade pública, indicam conveniência de uma revisão das opções de políticas econômicas. Terceiro, os exitosos programas de privatização ocorridos pelo mundo, gerados em parte pela insatisfação existente com a atuação econômica das empresas de propriedade pública, motivam sua aplicação em outros setores da atividade econômica.



Esta pesquisa utilizou como universo várias empresas distribuidoras do setor elétrico, tanto nacionais como estrangeiras, que foram privatizadas. Os dados foram coletados através de análise documental de relatórios financeiros e documentos opcionais das companhias estudadas, bem como, da literatura corrente.

No tocante aos resultados encontrados, verificou-se que o Brasil iniciou o Programa Nacional de Desestatização, seguindo uma direção contrária ao Chile e Inglaterra, sem prover os ajustes estruturais necessários. Com isto, o aumento verificado na eficiência interna das empresas, não se refletiu em melhoria na qualidade dos serviços ou maior controle nos ajustes tarifários. É observada, também, uma tendência à centralização do setor em função das fortes barreiras à competição.

## INTRODUÇÃO

A partir da década de trinta a intervenção do Estado na economia recebeu grande impulso, principalmente nos países subdesenvolvidos. Com a idéia de que as forças do mercado não seriam suficientes para proporcionar o desenvolvimento econômico, várias empresas estatais surgiram e passaram a atuar nos setores industriais, intermediação financeira e prestação de serviços.

Ao final dos anos setenta, a nova ordem mundial composta por mercados globais, crescentes investimentos em tecnologia e estruturas de poder flexíveis, desencadeou uma discussão com o objetivo de redefinir a ação governamental. A privatização foi a forma encontrada por diversos governos para aumentar a eficiência de vários setores da economia, bem como, reduzir o déficit público.

No início da década de oitenta, o governo brasileiro iniciou a reformulação de sua participação na economia, o setor elétrico em particular, passou por profundas alterações. Desde a década de oitenta a expansão do sistema gerador foi desacelerada, em virtude da existência de sobras na oferta de energia elétrica e do longo período recessivo vivido pelo país, o que inibiu a evolução do consumo de eletricidade.

Com a “estabilidade econômica” alcançada com o Plano Real, a economia apresentou, a partir do segundo semestre de 1994, maior aceleração, revelando seu potencial de crescimento, cuja realização pressupõe que se eliminem fatores inibidores, como exemplo, o estrangulamento da oferta de infra-estrutura, particularmente de energia elétrica. O consumo anual de energia elétrica no Brasil vem crescendo a uma taxa média superior a 6%, com isto, mantendo-se o mesmo sistema gerador haverá possibilidade de um colapso por falta de energia.

Este quadro levou o governo federal a incluir em 1992 as concessionárias federais supridoras de energia elétrica no Programa Nacional de Desestatização – PND, demonstrando sua intenção de retirar-se da exploração direta das atividades associadas ao

serviço público de eletricidade. Atualmente, mais de 50% do mercado do setor elétrico encontra-se privatizado.

No presente estudo analisou-se no primeiro capítulo vários conceitos de privatização, a evolução do termo privatização e a distinção entre desestatização, privatização e desregulamentação. Em seguida, no segundo capítulo, procurou-se expor os motivos que levaram os governos a privatizar, a influência da globalização neste processo e parte da legislação pertinente ao assunto. No terceiro capítulo, foi realizada uma breve análise da privatização do setor elétrico na Inglaterra e no Chile, com as justificativas apresentadas para privatizar e estrutura do setor elétrico nestes dois países. No quarto capítulo, foi estudado o modelo de privatização do Brasil, desde o período em que o Estado assumiu diversas funções produtivas, o início das privatizações até os dias atuais, dando-se ênfase a estrutura do setor elétrico brasileiro e a análise de algumas concessionárias distribuidoras de energia. O quinto e último capítulo trata da análise da privatização da Coelce, desde as origens da companhia até os dias atuais, passando pelo processo de privatização, sua situação financeira, quadro de pessoal e outros aspectos.

## CAPÍTULO I

### PRIVATIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O conceito de privatização é por natureza polêmico, tendo em vista as diferenças ideológicas próprias de cada autor, cada um defende sua opinião e procura firmá-la de maneira fundamentada.

A BOVESPA (1996, p.1) define Privatização ou Desestatização como sendo “o processo pelo qual o estado transfere à iniciativa privada e ao público em geral a propriedade das empresas de diversos setores produtivos, para dedicar-se de forma mais eficiente às atividades como saúde, educação, habitação, justiça e segurança pública”.

Para SAVAS (1987, p. 13), “ a privatização é o ato de reduzir o papel do governo, ou de dar maior importância ao setor privado, numa atividade ou na propriedade de bens”.



Como observa-se o conceito de privatização abrange a transferência da propriedade e o controle do empreendimento para o setor privado, para tirar do Estado algumas obrigações que podem ser desenvolvidas pelo setor privado deixando-o livre para realizar atividades de cunho sociais.

NASSAF (1997) define o processo de desestatização como sendo a venda de qualquer participação, mesmo que não supere 50% do capital votante, a investidores privados, que poderia permitir à iniciativa privada o controle da empresa, ainda que com participação minoritária. Nessa concepção a transferência não se realiza através da propriedade e sim do controle da organização, que é o mais importante.

Para BEESLEY IN: KAY & THOMPSON (1989) a privatização representa a venda de mais de 50% de ações de empresas governamentais a acionistas privados. Pode-se observar que todo o processo de privatização visa transferir ao particular parte das

responsabilidades do Estado. A análise do custo benefício dos critérios usados na escolha das empresas a serem privatizadas é um fator relevante no processo de desestatização.

Segundo BIONDI (1999), jornalista econômico, o processo de privatização brasileiro deu prejuízo à Nação, fez crescer a dívida externa e interna. Além disso, os brasileiros não estão contando, nem vão contar, com serviços democratizados e baratos.

A grande polêmica é que o processo de privatização brasileiro tem se concretizado de forma bem diversa do resto do mundo, sem qualquer discussão por parte da sociedade, visando o interesse apenas de uma classe minoritária.

Conforme BREALY & MYERS (1992, p. 293) “a competição entre os analistas de investimentos dará origem a um mercado de ações, no qual os preços refletem sempre seu verdadeiro valor. O valor verdadeiro é um preço de equilíbrio que engloba toda a informação disponível para os investidores, numa dada altura”.

O mercado dita as próprias regras na privatização. Porém em alguns serviços como água, gás e eletricidade o Estado passa a atuar como agente regulador, definindo normas, induzindo as ações do setor privado e fiscalizando sua implementação.

Para ROSS (1995) os mercados tendem para uma situação em que o preço de uma ação reflete, não só as informações publicamente disponíveis, mas também toda a informação que pode ser obtida com base na análise fundamental à empresa e à economia.

Desta forma, num processo de privatização o primeiro passo seria o lançamento de títulos no mercado de capitais, pois o mercado financeiro processa as informações disponíveis aos investidores e as incorpora ao preço do título.

ESTRIM (1997) adverte sobre as dificuldades de informação inerentes ao assunto. A empresa deve tomar decisões em torno de diversas questões como: nível de produção, preços, investimentos de capital, qualidade e inovação do produto e redução de custos. O Estado pode regular algumas dessas variáveis, como os preços ou qualidade do produto, mas dificilmente terá condições de estabelecer normas a todas, ou seja, a assimetria

de informações entre o governo e as diversas empresas torna-se o principal limitador em qualquer processo regulatório.

Segundo WADDELL (1997) as formas de regulação para reduzir o poder do mercado diante do público consumidor tem evoluído continuamente. Segundo a tendência norte-americana, a empresa de serviço público calcula, e o organismo regulador analisa os custos prováveis para financiá-la num período base. O preço de venda do serviço é estabelecido acrescentando ao ano base uma margem de lucro de acordo com o capital investido. Para MOREIRA (1994) a principal crítica apresentada por este método centrado no custo do serviço é não incentivar de forma contínua a eficiência da organização. Pois, todo o custo é repassado aos consumidores. As dificuldades administrativas também são grandes em se determinar a quantidade apropriada de gastos de uma empresa durante o período base.

## 1.1 A EVOLUÇÃO DO TERMO PRIVATIZAÇÃO



A palavra privatização é de uso técnico recente. Trata-se de vocábulo originário do latim *privus* = “particular” + “izar”. O novo dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, em sua edição de 1985, definiu privatizar como “tornar privado ou particular”. A edição de 1986 trouxe um sentido mais atual: “trazer para o setor privado ou particular”. Privatizar uma empresa. Foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, num dicionário em 1983, que o definiu como “tornar privado, especialmente (como um negócio ou indústria) mudar do controle, ou propriedade, público ou privado”.

Uma intensa luta política travou-se no plano internacional e no plano interno dos países que aderiram ao processo de desestatização. O Brasil começou no governo de Figueiredo (1979-1985), seguindo as tendências internacionais, a encarar timidamente o assunto. Na Europa, Estados Unidos e Japão a desestatização ganhava adeptos, tanto nas forças de esquerda quanto nas de direita. Mas foi sem dúvida alguma o êxito eleitoral dos conservadores em 1979, na Inglaterra que impulsionou as transformações nessa direção. Pela primeira vez um governo eleito pelo voto popular defendia abertamente um programa de privatização e de redução drástica do papel do Estado na vida social.

Na América Latina, o gal Pinochet, ditador do Chile, reordenou drasticamente os rumos daquele país, privatizando as empresas nacionalizadas pelo deposto presidente socialista Salvador Allende. Apesar da enorme violência, aliada à recessão provocada, o Chile reequilibrou-se e implantou uma economia fortemente privada, incluindo-se até seu sistema previdenciário.

O México, país de forte tradição intervencionista, empreendeu amplas reformas no aparelho estatal, privatizando empresas e atividades públicas e remodelando o sistema fundiário herdado de sua heróica revolução do início do século.

O termo privatização adquiriu um significado político que transcendeu seu pretendido significado técnico-jurídico. Ele passou a simbolizar a implementação de políticas de modernização e a servir de base para a ação das mais variadas forças políticas. Cumpre, pois, definir com clareza o significado do termo de modo a facilitar sua compreensão, obscurecida pela paixão natural da luta política. E dessa forma todo o mundo discute e torna-se adepto do programa de desestatização.

## 1.2 DISTINÇÃO ENTRE DESESTATIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO.

Segundo AMARAL FILHO (1987) o conceito de desestatização possui um caráter ideológico pois se tornou um fim perseguido pela sociedade contemporânea. Constitui um amplo movimento da sociedade em direção a mais democracia e maior autonomia para decidir seus próprios destinos sem a tutela onipresente do Estado.

Enquanto a desestatização situa-se no terreno ideológico; privatização e desregulamentação situam-se no campo da realidade concreta, objetivada pelo direito, consubstanciado nos atos e leis decorrentes.

Desregulamentação significa a eliminação total ou parcial de regras relativas ao mercado e às atividades econômicas.

O termo privatização é empregado para designar a transferência das empresas de propriedade do Estado e atividades por ele exercidas para o setor privado, obedecendo às mais variadas formas de transferência do capital aos particulares.

Na prática com a onda das privatizações, o termo privatização adquiriu um sentido bem mais amplo que o registrado nos dicionários. Não se trata apenas da transmissão de propriedades e ativos públicos para o setor privado, e, sim da busca de democratização de oportunidades através de políticas antiestatizantes.

Na maioria dos casos, a empresa privatizada torna-se mais eficiente, não necessariamente porque o setor privado é mais eficiente, mas porque algumas empresas públicas têm outros objetivos que não puramente o lucro, como oferecer serviços a preços controlados, manter o nível de emprego, atuar em uma região que precise ser desenvolvida, ou qualquer outra obrigação que impeça a obtenção de lucros. Ao passar para o setor privado estes fatores deixam de existir e os lucros aumentam. Processo este que pode se tornar perigoso para a sociedade caso não haja uma fiscalização eficiente, principalmente em se tratando de setores como telecomunicações, elétrico e outros considerados de fundamental importância para a ordem social.

Pode ocorrer também que uma empresa seja apenas parcialmente privatizada, ou seja, quando se vende uma participação minoritária se está privatizando uma parte da empresa e não significa que se esteja perdendo seu controle. As privatizações minoritárias são muito importantes porque obrigam os Conselhos de Administração das empresas públicas a ter integrantes privados que vão aumentar o controle e provavelmente incentivar a empresa a obter mais lucros para terem mais dividendos.

## CAPÍTULO II

### O PORQUE DE PRIVATIZAR

Até a década de 70 a maioria das iniciativas públicas foram no sentido da ampliação do papel do Estado na atividade econômica. A partir da Segunda metade dos anos 70, iniciou-se verdadeira campanha contra a demasiada intervenção do Estado na economia.

A incapacidade cada vez maior de o setor público prover os investimentos necessários ao desenvolvimento das nações acabou propondo mudanças de rumos. Enquanto o número de estados praticamente falidos crescia, os setores privados mantinham-se capitalizados para realizar investimentos, porém se encontravam impedidos de fazê-lo pela ausência de infra-estrutura, a cargo do poder público. Diante dessas circunstâncias começou-se a falar numa política de desestatização, mas essa só adquiriu consistência com o êxito eleitoral conservador na Inglaterra, em 1979.

No Brasil, ainda no governo Figueiredo, surgiram reivindicações com o propósito de reduzir o papel do Estado na atividade econômica, mas este não teve competência e objetivas condições políticas para efetuar esse projeto. O governo Sarney deu continuidade a essa idéia com a edição do Decreto Nº 91991, de 28 de novembro de 1985 que dispunha sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do governo federal.

A discussão sobre desestatização continha os preconceitos da doutrina de segurança nacional dos anos 70 e do nacionalismo estadista dos anos 50. Entretanto, o retorno à democracia trouxe o questionamento sobre o papel do Estado num regime democrático.

No governo Collor de Melo, a Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, lançou o programa de reformas que incluía um ambicioso plano de privatizações, acompanhado de inúmeras medidas que reduziriam drasticamente o papel do Estado no dia-a-dia do cidadão comum. Dessa forma começava o processo de desestatização que tem um significado mais amplo que desregulamentação (de regulation) e do que privatização.

A desestatização constitui uma política ampla voltada para a efetiva redução do papel do Estado na vida social e econômica, seu processo, quase sempre veio aliado a forte movimento pela democracia da vida política. Não há, pois, como separar as noções ideológicas de democracia e de desestatização. Democracia passou a significar menos controle sobre o indivíduo e a sociedade civil, e menos controle significa menos Estado.

O processo de desestatização constitui uma resposta à crônica ineficiência do Estado e à crescente dificuldade em controlá-lo. Portanto, na base de todo o movimento em direção à desestatização, está o reconhecimento, por parte das forças políticas, de sua impotência diante do gigantismo estatal.

A desregulamentação acompanhou como desdobramento o processo de desestatização. A primeira retirou da economia as amarras que se foram criando ao longo do tempo e que acabaram por impedir a livre concorrência e a efetiva participação das forças de mercado na provisão do conjunto de bens e serviços à sociedade. Desregulamentação é a simplificação e a desburocratização do mercado.

ESFEAG

O processo de privatização surge como principal desdobramento da desestatização. Através daquela, processa-se a transferência de ativos, a venda de empresas inteiras e de atividades concentradas e até privativas do Estado, para particulares. Com isso, busca-se a redução dos déficits fiscais e orçamentários, que comprometeram, ao longo do tempo, a capacidade de investimento do setor público, sobretudo nas áreas sociais e de infraestrutura.

Desta forma, desestatização, desregulamentação e privatização constituem todos termos que denotam um processo de transformações ainda em curso e que diminuirá, substancialmente, o papel do estado na vida social. Sendo a privatização uma das muitas respostas estratégicas indicadas para lidar com o fracasso dos governos democráticos em implementar políticas econômicas de forma sensata e segura.

O programa de privatização se insere no objetivo mais geral de reforma do setor público, de modo a fazer com que o Estado retorne ao seu papel constitucional de

complementariedade ao setor privado, na organização e exploração direta das atividades econômicas.

A reforma do setor público se divide em diversas dimensões. Uma delas consiste na modernização do Estado, com vistas a racionalizar processos decisórios, instrumentos organizacionais, usos e fontes de recursos. Ao nível de empresas estatais, por exemplo, isso significa adotar uma abordagem empresarial atualizada em seu planejamento, operação e controle.

O Programa de Privatização se dedica a desenvolver e implementar formas de reestruturar, desativar ou transferir ao setor privado empresas cujo controle em mãos do Estado não mais se justifica. Compreende-se o processo de transferência à iniciativa privada de empresas controladas diretamente ou indiretamente pelo Estado, abrangendo também a abertura do capital social, alienação de participações acionárias, desativação e extinção dessas empresas.

O Estado deve retirar-se dos setores que possam ser desenvolvidos com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, sem perder de vista o papel de pioneirismo e de indutor do desenvolvimento econômico que lhe cabe num país em desenvolvimento, como o Brasil. Como resultado teremos a recuperação de investimentos realizados nas empresas a serem privatizadas, que poderão ser canalizadas a setores carentes, procurando-se aumentar a eficiência alocacional de recursos do Estado e, por indução, do próprio setor privado.

O objetivo final consiste em tornar possível o crescimento econômico auto-sustentado, orientado para o resgate da enorme dívida social acumulada ao longo do tempo.

A inclusão de uma empresa no Programa ocorre exclusivamente através do Decreto do chefe do executivo com base em exposição de motivos apresentada pelo Ministro de Estado ao qual a empresa estiver vinculada.

Cada ministério, após examinar o conjunto de empresas estatais sob sua supervisão, poderá concluir pela sua inclusão no Programa, mediante a aplicação dos seguintes critérios:

- a) empresas que, tendo sido criadas pelo setor privado, passaram para o controle direto ou indireto do Estado, em decorrência da inadimplência de obrigações, execução de garantias ou situações análogas;
- b) empresas criadas pelo setor público que não mais devam permanecer sob o controle do Estado, por já existir setor privado nacional suficientemente desenvolvido e em condições de exercer as atividades que lhe forem atribuídas;
- c) empresas subsidiárias de empresas criadas pelo setor público, cuja existência não seja indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora e importem em desnecessária competição com empresas privadas nacionais.

Além desses critérios básicos, cabe exemplificar outras situações que poderão demandar processos de reestruturação societária prévios ou simultâneos à privatização:

- a comprovada não viabilidade econômica poderá determinar a desativação de empresas;
- a superposição de funções entre empresas estatais poderá determinar processos de incorporação e fusão;
- a grande dimensão patrimonial de empresa estatal privatizável poderá recomendar inicialmente a abertura de capital;
- ativos não operacionais relevantes poderão determinar processos de cisão ou alienação de bens para o setor privado;
- ativos diferidos já consumidos ou endividamento excessivo poderão determinar processos de redução de capital e, conseqüentemente, do patrimônio líquido contábil.

Por outro lado, há um conjunto de empresas cujo controle acionário não será transferido à iniciativa privada, a menos que o Poder Legislativo estabeleça de modo diferente, tal conjunto não privatizável compreende:

- a) empresa submetida ao regime legal de monopólio estatal;

b) empresas incumbidas de atividades diretamente vinculadas a segurança nacional;

c) empresa responsável pela operacionalidade de infra-estrutura econômica ou social básica, produtora de insumos de importância estratégica cujo controle a União mantenha para viabilizar o desenvolvimento do setor privado, sem com ele competir.

Além de tratar das atividades de privatização, a legislação que criou o Programa estabeleceu regras destinadas a fixar limites à estatização. Assim, estão vedadas, a partir da vigência do Decreto N° 91991/85:

- I. a criação de novas empresas sob o controle direto ou indireto da União;
- II. a aquisição ou absorção direta ou indireta de empresas privadas por empresas não financeiras controladas direta ou indiretamente pela União;
- III. a implantação de novos empreendimentos, visando à produção e ou comercialização de produtos, não expressamente estabelecidos nos objetivos dos estatutos sociais da empresa estatal;
- IV. a formalização de acordos de acionistas entre empresas privadas e empresas estatais não financeiras, sem o prévio assentimento da Secretaria de Planejamento do Presidente da República;
- V. nova subscrição de ações em empresas sob controle da iniciativa privada, por estatais não financeiras, sem o prévio assentimento da Secretaria de Planejamento do Presidente da República; e
- VI. a abertura de capital social de empresas estatais, sem a anuência expressa, mediante decreto, do Presidente da República.

A administração destas restrições se dá através do Conselho Interministerial de Privatizações.

### CAPÍTULO III

#### ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NA INGLATERRA E NO CHILE

O objetivo deste capítulo é descrever o processo de privatização ocorrido na Inglaterra e no Chile, os motivos que levaram os governos a iniciar esse processo, as diretrizes seguidas, bem como sua situação atual.

Segundo Magalhães (1993), a decisão e os modelos adotados por cada país na privatização são um reflexo das características econômicas, sociais e culturais de seu setor público.

A experiência britânica de privatização iniciou-se em 1979 no Governo Conservador de Margaret Thatcher, baseou-se em forte convicção ideológica assumindo como diretriz básica a liquidação das posições do governo nas empresas em que o Estado participava.

As justificativas apresentadas pela Grã-Bretanha para a realização de sua privatização foram as seguintes:

- aumentar a eficiência através da competição, da desregulamentação ou de outros meios;
- arrecadar recursos que possam ser utilizados para financiar outras prioridades de despesas;
- conquistar prestígio doméstico e internacional;
- fortalecer o mercado de capitais;
- reduzir o endividamento do setor público, os impostos, ou qualquer combinação destes elementos;
- encorajar os funcionários a possuírem ações da companhia em que trabalham; e
- incrementar o nível de propriedade de ações na economia em geral.

O programa de privatização britânico pode ser dividido em duas fases. Uma que compreende os anos de 1979 a 1983, onde foram desestatizadas as principais empresas do

setor industrial inseridas num mercado sem características de monopólio e com bons resultados na lucratividade, como a British Petroleum e a British Aerospace. Depois, já em 1983 inicia-se uma nova fase desse processo onde são desestatizadas empresas inseridas em mercados monopólicos como setores siderúrgicos, elétrico e de abastecimento de água.

A política de privatização realizada nos últimos anos fez com que o papel dos agentes reguladores do Estado aumentasse de forma considerável. De acordo com BISHOP (1995) os objetivos principais da regulamentação na Grã-Bretanha são: proteção contra o monopólio, eficiência e inovação, promoção da competição e estabelecimento dos procedimentos da indústria.

A estrutura do mercado de energia elétrica, sendo este visto como monopólio natural, determina que os custos unitários diminuam à medida que a produção aumenta, até que se torne possível para uma empresa satisfazer a totalidade do mercado de uma forma viável, e assim satisfazer o mercado a custos mais baixos que duas empresas.

A abordagem tradicional determina uma regulamentação que estabelece uma taxa de rentabilidade predeterminada de acordo com os custos da empresa, ou seja, o agente regulador baseia-se na variação dos preços médios cobrados pelo monopólio exigindo sua redução, em termos reais, de acordo com um valor predeterminado relacionado com as previsões de crescimento tecnológico, no entanto, a determinação desse valor é muito difícil. Apesar da reformulação do setor elétrico ter durado 16 anos, a regulamentação atual ainda não está em perfeito funcionamento.

O Reino Unido foi a primeira nação desenvolvida a quebrar o monopólio na indústria de energia elétrica. Em 1983, a agência de regulação britânica “UK Energy Act” permitiu que empresas privadas utilizassem as redes públicas para a transmissão de energia elétrica, sendo esta a primeira etapa para a abertura e acesso ao sistema estatal. Em fevereiro de 1988, o governo britânico, através do artigo “Privatizing Electricity”, apresentou formalmente a proposta de privatização. Finalmente, em 31 de março de 1990 a privatização foi implementada.

O processo de reestruturação da indústria de energia no Reino Unido obedeceu a uma série de etapas. Primeiro foi criado o instituto responsável pela regulamentação independente de energia o “*OFFICE OF ELECTRICITY REGULATION*” (OFFER). A “*CENTRAL ELECTRICITY GENERATING BOARD*” (CEGB) pertencente ao governo e que antes da privatização era a única empresa responsável por toda a geração e transmissão de eletricidade na Inglaterra e País de Gales, foi reestruturada e dividida em quatro companhias independentes, “*POWERGEN*”, “*NATIONAL POWER*”, “*NATIONAL GRID COMPANY*” e a “*NUCLEAR ELECTRIC*”, duas responsáveis pela geração e duas responsáveis pela transmissão de energia, respectivamente.

Inicialmente as primeiras unidades de negócio (transmissão e distribuição) foram assumidas como sendo monopólios naturais, posteriormente, as duas companhias responsáveis pela geração, “*POWERGEN*” e “*NATIONAL POWER*” foram privatizadas em 1990. A “*NATIONAL GRID COMPANY*”, administradora da rede de transmissão, controlava inicialmente as doze companhias regionais de distribuição que se tornaram independentes em 1995. As doze companhias regionais são: *EAST MIDLANDS ELECTRICITY*, *EASTERN GROUP*, *LONDON ELECTRICITY*, *MANWEB*, *MIDLANDS ELECTRICITY*, *NORTHERN ELECTRIC*, *NORWEB*, *SEEBOARD*, *SOUTHERN*, *SOUTH WALES ELECTRIC*, *SOUTH WESTERN ELECTRICITY* E *YORKSHIRE ELECTRICITY*.



A geração e o fornecimento de energia deveriam ser transformados em mercados competitivos. No que diz respeito à geração, a eletricidade deveria ser comprada e vendida em um mercado “spot” (baseado numa condição perfeita a partir da livre interação entre oferta e demanda), enquanto o fornecimento deveria ser integrado a um regime de concorrência de forma que os consumidores fossem capazes de escolher entre os fornecedores a quem estariam ligados. Esse é o modelo ideal que na prática não foi atingido. O mercado de geração é controlado por apenas duas companhias, e no mercado de fornecimento, a introdução da competição foi apenas parcial.

O número de funcionários das empresas reduziu bastante: em 1989/90 a indústria de eletricidade empregava 130.000 funcionários, em 1996/97 esse número foi reduzido a aproximadamente 75.000 pessoas, ou seja, uma redução de 42,0%. (Ilumina, 1997)

O Chile, hoje considerado verdadeiro tigre da América Latina, possui uma das economias mais privatizadas do continente. O governo chileno conseguiu transferir até a previdência para o setor privado. O sucesso da experiência pode ser mensurado em números, dos 4,7 milhões de trabalhadores chilenos, cerca de 4,0 milhões, estão voluntariamente vinculados ao novo sistema, que tem inclusive recebido elogios de lideranças sindicais. Atualmente, os fundos de aposentadoria privados dispõem de um montante de US\$ 12 bilhões, o que representa 35% do PIB chileno e que financia mais da metade das empresas privadas do país.

Através do governo da Unidade Popular (UP) de orientação socialista, Chile experimenta uma grande expansão no setor público a partir de 1970, com a criação de diversas empresas por parte do Estado e da nacionalização de um grande número de empresas privadas em setores tidos como estratégicos, tais como os setores ferroviários, elétrico e carbonífero.

Com a mudança política proporcionada pelo regime militar, a partir de 1973 as empresas adquiridas ilegalmente pelo Estado no governo da Unidade Popular foram devolvidas. Entre 1974 e 1981 são vendidos os bancos e empresas estatizadas entre 1971/73. Finalmente, a partir de 1985 são privatizadas as grandes empresas públicas em setores considerados fundamentais ao desenvolvimento.

Neste contexto, a partir de 1978 inicia-se o processo de reestruturação e privatização do setor elétrico, que se encontrava quase na totalidade sob o controle acionário de empresas estatais.

Segundo Rudnick (1996), o principal objetivo do programa de desestatização foi promover uma maior eficiência e conseqüente desenvolvimento do setor através de:

- separação da atividade reguladora da atividade empresarial do Estado;
- incentivo à concorrência através da incorporação do setor privado à indústria promovendo a competição entre os agentes;
- introdução do conceito de eficiência na fixação das tarifas e, ao mesmo tempo, melhoria do perfil financeiro das empresas do setor.

A constituição da *COMISIÓN NACIONAL DE ENERGÍA* (CNE), instituída em junho de 1978, iniciou o programa e funciona como um organismo de assessoria ao governo na elaboração de normas, cálculo de tarifas e preços regulados, bem como na planificação de investimentos em geração e transmissão que justifiquem esses preços.

Outros organismos governamentais responsáveis pela regulamentação do setor elétrico no Chile são: a *SUPERINTENDENCIA DE ELECTRICIDAD Y COMBUSTIBLES* (SEC), órgão fiscalizador que tem a responsabilidade técnica de outorgar as concessões, bem como fiscalizar o cumprimento da qualidade dos serviços e do valor das tarifas cobradas ao consumidor final; e o Ministério da Economia, responsável pela fixação das tarifas e por promover a eficiência nos diversos setores mediante a competição entre os agentes.

O valor das tarifas cobradas ao consumidor final são fixadas a cada quatro anos com base em estudos realizados por consultores independentes e pelas empresas encarregadas como a *COMISIÓN NACIONAL DE ENERGÍA*.

Entre 1986 e 1987 ocorreu a segunda etapa do programa de desestatização, quando foram transferidos à iniciativa privada o controle acionário das companhias distribuidoras *CILGENER*, *CHILQUINTA* e *CHILECTRA* ao mesmo tempo em que se preparava a privatização das distribuidoras e geradoras filiadas à *ENDESA* (principal empresa elétrica chilena). Finalmente, em 1989 se privatizou a *ENDESA*.

O setor elétrico chileno foi reestruturado através da formação de dois grandes sistemas interligados: *SISTEMA INTERCONECTADO CENTRAL (SIC)* e *SISTEMA INTERCONECTADO DEL NORTE GRANDE (SING)*. As grandes geradoras destes sistemas são: *COLBÚM S/A*, *ENDESA*, *CHILGENER S/A*, *GUACOLDA S/A* e *PENUENCHE S/A (SIC)* e *NORGENER S/A*, *EDELNOR S/A*, *ENDESA* e *TROCOPILLA S/A (SING)*.

Segundo RUDNICK (1996) no *SISTEMA INTERCONECTADO CENTRAL*, 86% da geração pertence à iniciativa privada e 14% provém da *COLBÚN* (principal geradora estatal). As principais empresas geradoras são a *ENDESA S/A* (que juntamente com sua filial *PEHUENCHE* é responsável por 60% da capacidade de geração) e a *CHILGENER S/A*. No

*SISTEMA INTERCONECTADO DEL NORTE*, 89% da capacidade de geração provém dos autoprodutores de minério, em especial da *CODELCO*, e 11% pertence a *EDELNOR*.

## CAPÍTULO IV

### MODELO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

O Estado assumiu no Brasil diversas funções produtivas que precisavam de algum impulso para se desenvolver. Para exemplificar, na década de 60 existiam aproximadamente 150 empresas estatais; no início dos anos 80 este número chegou a quase 700. Por isso, na maioria dos casos, as empresas perderam a capacidade de investir e/ou eficiência, transformando-se em ônus para o contribuinte e, nas diversas áreas monopolizadas, impediram que os particulares participassem de novos investimentos. (Exame Melhores e Maiores, 1996).

Por isso, em 1979, o Programa Nacional de Desburocratização teve início com o objetivo de fortalecer a livre iniciativa e estabelecer a condição de transferência das Estatais ao setor privado. No entanto, as precárias condições em que se encontrava o país dificultou sua execução, somente ganhando impulso a partir de 1990, com o Plano Nacional de Desestatização (PND), criado pela lei 8.031 de 12/04/90.

Os objetivos do Programa Nacional de Desestatização (PND) foram fixados através da lei 8.031/90, que estabelece:

I – reordenar a posição estratégica do Estado na Economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II – contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças dos setor público;

III – permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV – contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V – permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI – contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e a da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o programa.

As etapas correspondentes ao processo de privatização são:

I – inclusão da empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND) por decreto do presidente da república;

II – licitação dos serviços de consultoria;



III – execução dos trabalhos para proposição das condições de privatização;

IV – apreciação e decisão do Conselho Nacional de Desestatização (CND) sobre as condições de venda;

V – lançamento do edital de venda;

VI – leilão, venda aos empregados ou ofertas públicas;

VII – liquidação financeira da operação;

VIII – relatório final dos auditores;

IX – anúncio de encerramento do processo.”

O programa está baseado essencialmente em três agentes:

I – uma comissão diretora do programa – diretamente subordinada ao programa – operando como fórum superior, onde as principais decisões são tomadas;

II – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – órgão gestor do programa - responsabilizado em organizar todas as operações do programa e definir o papel do terceiro agente;

III – uma equipe de consultores privados e auditores independentes, que seria contratado por meio de licitação pública.

Desde o início do programa até 1997 já foram privatizadas 56 empresas federais, sendo arrecadados US\$ 26,075 bilhões, dos quais US\$ 17,956 bilhões em moeda corrente (68,86% do total) e o restante em redução da dívida pública. (Fonte: BNDES, 1998)

A concessão ao capital estrangeiro encontra-se mais benevolente que em planos anteriores. A lei 8.031/90 permite que o capital estrangeiro compre até 40% das ações ordinárias (capital votante) e até 100% das ações preferenciais.

#### 4.1 ESTRUTURA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

No início dos anos 70 a estrutura do setor elétrico brasileiro foi formulada, sob um modelo em que o Governo Federal construía e operava a geração e a transmissão de energia elétrica, enquanto os governos dos estados tinham a responsabilidade da distribuição dentro de seu território.

O Ministério das Minas e Energia é responsável pelo setor e a função regulatória é exercida através do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). PENA NETO (1996), ressalva que na prática o DNAEE não possui autonomia política e as definições referentes a composição tarifária são exercidas pelo Ministério da Fazenda.

A Eletrobrás, criada através da lei 3.890 de 25 de abril de 1961, é a holding governamental responsável pela implementação das políticas referentes ao setor: os projetos,

decisões financeiras, coordenação e supervisão dos programas de construção, expansão e operação do sistema de geração, transmissão e distribuição.

Seu patrimônio total foi avaliado em US\$ 110 bilhões pelo banco de investimento americano Bear Stearns, considerando o potencial de expansão do mercado. Segundo PENNA (1997) a remuneração média dos investimentos feitos pelas empresas brasileiras do setor é de apenas 2% ao ano.

A Eletrobrás estima o potencial de geração de energia elétrica do Brasil na ordem de 200.000 MW capaz de fornecer 1 milhão de GW de eletricidade anualmente, dos quais somente 25% estão sendo utilizados.

A privatização do setor elétrico brasileiro tem como principal motivo a necessidade de investimentos (em torno de R\$ 1,2 bilhão por ano entre 1996/2000) e pelo baixo nível de eficiência atual (Eletrobrás 1997). O processo de privatização desenvolve-se de diferentes formas: a venda de empresas estatais, a formação de holding com participação de capital estrangeiro, o estímulo ao produtor independente, etc.

O mercado de distribuição de energia, para muitos investidores, se apresenta como grande alternativa de investimento em termos de nível de risco e seu retorno. O mercado tem estrutura monopolista e o risco é minimizado por técnicas obsoletas que atualmente geram grandes custos na distribuição que podem ser desenvolvidos com pequenos níveis de investimentos.

A energia hidráulica é a base do parque gerador brasileiro, e está sujeita a elevadas variações, uma vez que as vazões dos rios brasileiros não apresentam um processo regular. A busca pela otimização dos serviços e pela diminuição dos custos tem gerado o incentivo à pesquisa onde são estudadas outras formas de geração de energia. No Brasil ainda de forma tímida, tendo em vista o grande potencial hidroelétrico, no entanto, a falta de investimentos nessa área tem ameaçado esse potencial.

O governo brasileiro contratou a consultoria internacional Coopers & Lybrand com o objetivo de estabelecer uma modelagem setorial compatível com a

privatização, estabelecendo acesso livre de qualquer agente do setor elétrico brasileiro à rede de transmissão. A principal idéia relacionada ao modelo proposto é a desverticalização das empresas do setor, com os ativos de geração, transmissão e distribuição, passando a ter donos diferentes.

Para TREVISAN (1997), a reestruturação terá como efeitos:

- Transição do marco regulatório vigente para uma nova estrutura, ainda que não totalmente definida. Essa transição se iniciou com a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – em dezembro de 1997;
- Reordenação da estrutura do setor. Inicialmente com a segmentação em três áreas: geração, transmissão e distribuição. Posteriormente a indústria deve migrar para uma segmentação com geração, redes e serviços energéticos, além de um órgão responsável pelo despacho;
- Mudança de controle. Em um primeiro momento, pela pulverização do controle e da operação, decorrente da desestatização das concessionárias federais e estaduais. Em seguida o mercado deverá consolidar o setor; e
- Surgimento de novos competidores no mercado, em cada um dos três segmentos que irão definir a estrutura do setor. A correlação de forças será alterada em duas etapas. A primeira, resultado direto da desestatização das empresas federais e estaduais. A segunda, em decorrência da consolidação do setor.

PIRES (1997) relaciona as principais mudanças propostas ao mercado de distribuição de energia:

- Continuação do regime de concessões com obrigação de fornecimento para o mercado cativo, passando a detalhar os dois negócios distintos existentes dentro de uma mesma empresa, referentes às atividades de rede e de comercialização;
- Separação contábil entre as cobranças da rede e de comercialização;
- Preços não deveriam ser discriminatórios e refletir os custos de atendimento;

- Disposições especiais para permitir subsídios cruzados para consumidores de baixa renda;
- Possibilidade de repasse de custos de geração para tarifas finais, sujeito ao cumprimento das regras para ofertas competitivas;
- Reduções progressivas do limite de entrada no mercado livre para que no ano 2000, o limite seja 3 MW e incorpore as voltagens abaixo de 69 KW;
- Licença separada para a comercialização (sem distribuição) por parte de geradoras interessadas em fornecer diretamente aos consumidores; e
- Limites de propriedade dos ativos de geração, por parte das distribuidoras, que estariam ainda sujeitas a regras especiais para evitar práticas abusivas nas licitações envolvendo subsidiárias e no repasse permitido dos custos de geração.

#### 4.2 PRIVATIZAÇÃO DE ALGUMAS CONCESSIONÁRIAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA

##### **Espírito Santo Centrais Elétricas – ESCELSA**

Os Serviços Reunidos de Vitória e os Serviços Reunidos de Cachoeira, de iniciativa governamental, foram as primeiras organizações voltadas à produção e distribuição de energia elétrica no Espírito Santo, em 1909. Em 1927 tais concessionárias foram assumidas pela iniciativa privada, sendo geridas pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), empresa do grupo AMFORP (“American Foreign Power Company”).

Nos anos 40 a empresa passou por problemas e o governo estadual resolve intervir e cria em 1956 a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA). Em 1965 o governo federal assume o grupo AMFORP e a CCBFE passa ao controle da Eletrobrás, dessa forma os governos estadual e federal acabaram por definir a fusão das duas concessionárias. Assim, em julho de 1968, surgia a nova ESCELSA em cuja composição acionária a Eletrobrás figurava como acionista majoritário. Em 1992 a carência de recursos governamentais, para a realização de novos investimentos, levou a empresa a ser incluída no Programa Nacional de Desestatização, sendo a primeira estatal de energia elétrica a ter seu controle acionário transferido à iniciativa privada neste programa.

## **Light Serviços de Eletricidade S/A**

Em 1904 o sistema Light – Rio começou a ser criado com a instalação da “*THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY*”, subsidiária do grupo canadense “*LIGHT & POWER COMPANY LIMITED*”, sendo este responsável pelo fornecimento dos serviços públicos à cidade como distribuição de energia elétrica, transporte, telefonia e distribuição de gás.

Os serviços de transporte, telefone e gás na década de sessenta foram repassados aos governos dos estados em que o grupo atuava – Rio de Janeiro e São Paulo – tornando a companhia responsável apenas pelo fornecimento de energia elétrica.

Diante do modelo essencialmente estatal imposto pelo governo federal ao setor elétrico, no final da década de setenta, a empresa teve seu controle acionário transferido à Eletrobrás e os sistemas Light – Rio e Light – São Paulo desmembrados. O sistema Rio sob o controle da União e o de São Paulo foi vendido ao governo do Estado, passando a constituir a Eletropaulo. Em 1992 foi incluída no PND.



## **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Criada em março de 1960, a COELBA unificou a distribuição de energia elétrica no estado da Bahia incorporando os serviços prestados pelas prefeituras e demais concessionárias existentes, a exemplo da Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia – CEEB e Companhia Elétrica do Rio Contas – CERC.

O processo de privatização foi iniciado em abril de 1996, quando a Assembléia Legislativa da Bahia autorizou sua venda como parte do programa de ajuste fiscal do estado. Até então a estatal só apresentava déficit para o governo estadual com um prejuízo acumulado nos anos 90 de US\$ 736,3 milhões.

A primeira etapa do processo de desestatização foi assinatura de um contrato entre a companhia, a Eletrobrás e o BNDES através do qual as duas instituições federais aportaram R\$ 225 milhões para reduzir o endividamento da estatal, transferindo outros 22,6 milhões para a modernização da empresa. Apenas 3% das ações da empresa eram negociadas em bolsa no mercado, com o desenvolvimento do processo, esse número ultrapassou 10% do capital ordinário da companhia, de forma a garantir a liquidez das ações da COELBA.

QUADRO I

RESUMO DA OPERAÇÃO DE VENDA – ESCELSA, LIGHT E COELBA

|                                       | ESCELSA   | LIGHT  | COELBA  |
|---------------------------------------|---|--|---|
| <b>Empresa</b>                        | ESCELSA S/A   | Light Serviços de Eletricidade S/A                                       | Companhia Estadual de Eletricidade da Bahia   |
| <b>Data da privatização</b>           | 12/05/1995  | 21/05/1996   | 31/07/1997  |
| <b>Programa de licitação</b>          | Leilão viva-voz em bolsa  | Leilão viva-voz em bolsa   | Leilão de envelopes fechados em bolsa   |
| <b>Preço mínimo</b>                   | US\$ 345 milhões  | US\$ 2.270,9 bilhões   | R\$ 975,8 milhões   |
| <b>Valor da venda</b>                 | US\$ 385,7 milhões  | US\$ 2.270,9 bilhões   | R\$ 1,7 bilhão  |
| <b>% acima sobre o preço mínimo</b>   | 11,78   | 0  | 77,38   |
| <b>Número de consumidores</b>         | 600.000   | 2.700.000  | 2.312.000   |
| <b>Preço por consumidor</b>           | R\$ 1.285,67  | R\$ 1.484,2  | R\$ 1.140,0   |
| <b>Condição de pagamento:</b>         |   |  |   |
| <b>Valor em moeda corrente</b>        | US\$ 267,6 milhões  | US\$ 1.655,6 milhões   | R\$ 1,7 bilhão  |
| <b>Valor em moeda de privatização</b> | US\$ 120,1 milhões  | US\$ 615,3 milhões   | R\$ 0   |
| <b>Consórcio vencedor</b>             | Iven S/A, Banco Pactual, GTD Participações S/A  | EDF Internacional S/A, AES Coral Reef, BNDESPAR, CSN, Houston Industries | Iderdrola, Previ, Fundos Privados, Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários |
| <b>Consórcio perdedor</b>             | Banco Chase Manhattan, Grupo Vicunha, Denerge, Companhia Siderúrgica Nacional, Banco Safra, Construtora Odebrecht, Houston Industries Energy, CSW |  | 1- Empresa Escelsa<br>2- Empresa Light<br>3- Empresa Cer<br>4- Empresa CSW                        |

Fonte: BNDES – Sistema de Informações, Ago. 1997

Em 12 de julho de 1995, em leilão na bolsa de valores do Rio de Janeiro, a ESCELSA é privatizada com a venda de 50% de suas ações. Seu controle acionário é arrematado pelo consórcio IVEN S/A, constituído pelos bancos *OPPORTUNITY*, Pactual,

Nacional, Icatu, *CITYBANK* e Bozano Simonsen, e pela GTD Participações, integrada por 11 fundações de seguridade social. A participação de apenas 2 grupos de investidores no leilão motivou o pequeno ágio de 11,78% sobre o preço mínimo de US\$ 345 milhões. A nova composição acionária da empresa passou a ser a seguinte: Eletrobrás 14,7%, Iven S/A 45,1%, Banco Pactual 1,1%, Estado do Espírito Santo 3,4%, GTD Participações S/A 25,0%, empregados 7,7% e outros 3,0%.

O leilão de vendas da LIGHT ocorreu em 21 de maio de 1996. Estavam em oferta 60% do seu capital votante, mas só houve comprador para 56,67% das ações. A participação do BNDESPar, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), garantiu o êxito do leilão com a aquisição de 9,14% das ações. As ações foram vendidas em sistema de viva-voz por R\$ 2,216 bilhões, valor mínimo exigido no leilão. A nova composição da empresa passou a ser a seguinte: Eletrobrás 28,8%, EDF Internacional S/A 11,4%, *HOUSTON INDUSTRIES* 11,4%, *AES CORAL REEF* 11,4%, BNDESPAR 9,1%, CSN 10,0% e outros 10,8%.

No dia 31 de julho de 1997, na bolsa de valores do Rio de Janeiro, ocorreu o leilão de privatização da ESCELSA, com a venda de 64,5% do capital votante. O consórcio Guaraniã S/A, composto pela empresa espanhola *IBERDROLA* associado ao Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) e ao Banco do Brasil Investimentos (BBI) saiu vencedor com uma proposta de R\$ 1,7 bilhão, com um ágio de 77,38%, já que o preço mínimo das ações era de R\$ 975,8 milhões. Fatores como: dependência do capital de terceiros, ganhos em produtividade, receita operacional, solvência e rentabilidade sobre o patrimônio, contribuíram para que a Coelba atingisse um ágio de 77,38%, o maior apresentado, até aquele momento, pelas empresas do setor. Após o leilão, a composição acionária da empresa passou a ser a seguinte: *IBERDROLA* 39,0%, Previ 5,0%, Fundos Privados 44,0% e Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 12,0%.

## CAPÍTULO V

### ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DA COELCE

As origens da Companhia Energética do Ceará remontam a 1911, data em que foi criada a *Ceará Tramway, Light and Power Co. Ltd.*, empresa constituída para explorar serviços públicos em Fortaleza a partir de 1913. A Empresa fornecia eletricidade a consumidores residenciais, industriais, comerciais e ao serviço de transporte urbano. No dia 30 de junho de 1934 a *Ceará Tramway, Light and Power Co. Ltd.*, assume a responsabilidade exclusiva pela iluminação da Capital Cearense.

Em 1946, a *Ceará Tramway, Light and Power Co. Ltd.*, foi encampada pelo Governo Federal do Brasil e, posteriormente, repassada para a Administração Municipal em 1948.

No interior do Estado do Ceará, na época, a iluminação era efetuada por geradores à base de combustível, administrados por cada município. Foram instituídos os sistemas de Aquiraz (1902), Tauá (1910), Russas (1912), Messejana, Sauê (Caucaia) e Redenção (1912), Barbalha, Iguatu, Crato, Ipu e Quixadá em 1913, Maranguape, Baturité, Camocim e Aracati em 1916, e Cascavel, Lavras, Jaguaruana, Limoeiro, Crateús, Icó e Jaguaribe em 1918.

Posteriormente, no período de 1960 a 1971, existiam no Ceará quatro empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica, a Companhia de Eletrificação do Cariri (Celca), a Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (Cenorte), a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor) e a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne).

A Companhia de Eletrificação do Cariri (Celca) foi criada em 1960, tendo como principal acionista a Chesf, seguida pelas Prefeituras Municipais e a população da região. Em 1962, ocorreu a transferência do controle acionário da Empresa, que passou da Chesf para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com 81% do capital votante. No processo de eletrificação do Ceará, a empresa realizou investimentos importantes na área rural, por intermédio de um convênio com a Agência Americana para o

Desenvolvimento – USAID, abrangendo inicialmente 76 propriedades rurais do chamado “quadrilátero canavieiro”, ao qual pertenciam Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Missão Velha.

A Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (Cenorte) foi criada em 1960 com o objetivo de atender às regiões Norte e Centro-Litoral, excluídas pelo Plano de Eletrificação do Nordeste de receber eletrificação da Chesf. Durante o período de desenvolvimento da Companhia, esta foi responsável pela elaboração de um Plano de Eletrificação da Região Centro-Norte do Estado, suprindo a região de infra-estrutura, através da construção de linhas de transmissão para os sistemas isolados até então atendidos por usinas diesel e hidrelétricas regionais e por interligação dos pequenos sistemas e atendimento pela Chesf.



A Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor) foi criada em 1962, como sociedade de economia mista com a participação acionária da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Governo do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza. Em 1965, o controle acionário da Companhia foi transferido para a Eletrobrás, em virtude da decisão do governo de repassar todas as ações de propriedade da União existentes em capital social de empresas de energia elétrica para a Eletrobrás. A Companhia visava desenvolver infra-estrutura para melhorar o sistema de distribuição, garantindo o recebimento de energia elétrica da Chesf para toda a cidade de Fortaleza. Em 1966, a cidade de Fortaleza passou a ser atendida exclusivamente pela energia disponibilizada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

A Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne) foi criada em 1962 como subsidiária da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com o objetivo de disseminar a eletrificação em áreas rurais do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia. No Ceará, a Cerne foi responsável pela distribuição de energia para os municípios de Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Morada Nova, Camocim, Granja, Itapajé e Itapipoca.

No ano de 1971, atendendo ao Decreto n.º 60.824, de 07 de junho de 1967, do Governo Federal, o qual objetivava melhorar os serviços de energia elétrica no País, pela

unificação de empresas existentes, em cada unidade da Federação, foi criada pelo Governo do Estado do Ceará a Companhia Energética do Ceará (Coelce). A Coelce foi constituída através de escritura pública de 30 de agosto de 1971, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 02 de setembro de 1971, e autorizada a operar como empresa de energia elétrica pelo Decreto Federal n.º 60.469, de 05 de novembro de 1971, publicado no Diário Oficial da União no dia 09 de novembro do mesmo ano.

As quatro empresas distribuidoras de energia elétrica no Ceará foram unificadas formando a Coelce, que passou a ser única concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado. As estratégias utilizadas para a unificação foram: adoção de um programa racional de redução de custos operacionais, por meio de unificação administrativa; ampliação do mercado consumidor; implantação de tarifas iguais para todas as regiões do Estado; aplicação racional e equitativa dos recursos disponíveis para investimento e integração do programa de eletrificação rural.

A incorporação das quatro Companhias à Coelce ocorreu na seguinte ordem: em 17 de abril de 1972, foi incorporada a Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (Cenorte), cujas instalações deram origem à sede da nova empresa; no dia 23 de novembro de 1972 foi incorporada a Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca), sendo os servidores alocados na administração central e a Celca transformada em Departamento Regional do Cariri; no dia 23 de fevereiro de 1973 foi incorporada a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne) pela transferência de sua concessão, de seus bens existentes no Ceará e de parte de seus empregados; a última a ser incorporada à nova empresa foi a companhia Nordeste de eletrificação de Fortaleza (Conefor), no dia 04 de maio de 1973.

Como resultado da unificação das quatro empresas, a Coelce passou a ter uma área de concessão de 142.069 km<sup>2</sup>, atendendo a um total de 142 municípios e possuindo 200 mil clientes. Inicialmente a Companhia possuía 6.077 km de linhas elétricas, 30 subestações com 190,5 MVA de potência instalada e 228 redes de distribuição independentes.

Em 1983, como resultado do trabalho de expansão, a Coelce já havia dobrado o número de subestações, possuindo 676,0 MVA de potência, 806 km de redes de distribuição com 470,1 MVA de capacidade instalada e atendendo a um total de 640.487 clientes.

Em outubro de 1995, a Coelce tornou-se uma empresa de capital aberto, cujas ações passaram a ser negociadas nas principais Bolsas de Valores brasileiras, ações estas de propriedade das Prefeituras Municipais do Estado do Ceará, da Eletrobrás e do próprio Governo Estadual.

Em maio de 1997, houve uma mudança significativa na composição acionária da Companhia, com a venda de 22.197.225.184 ações preferenciais Classe “A” pelo Governo do Estado, por uma operação realizada na Bolsa de Valores Regional.

Em abril de 1998, o controle acionário da Companhia foi transferido do Governo do Estado do Ceará para a iniciativa privada. O processo de privatização teve seu início efetivo com a emissão do Decreto n.º 24.559, de 25 de julho de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 29 de julho de 1997. Por este dispositivo legal, a Coelce foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) e, com a aprovação da Lei n.º 12.722 de 18 de setembro de 1997 pela Assembléia Legislativa do Estado, o Governo do Estado do Ceará foi autorizado a alienar a totalidade das ações ordinárias integrantes do capital social da Coelce, pertencentes ao Estado.

RSFEAO

O Leilão da Coelce ocorreu, em 02 de abril de 1998, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). O Consórcio Distriluz Energia Elétrica, formado por Enersis, Chilectra, Endesa de España e Cerj, adquiriu o controle acionário da Companhia, representado por 51,05% do capital total, correspondendo a 82,69% do capital votante.

As ações colocadas à venda pelo Governo do Ceará e pela Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foram do tipo ordinárias cotadas pelo preço mínimo de R\$ 9,76 por lote de mil ações, sendo adquiridas no leilão de privatização a R\$ 12,42, representando um ágio de 27,2%, e totalizando R\$ 987 milhões pelo lote de 79.496.940.377 ações ordinárias nominativas.

No dia 13 de maio de 1998, a Distriluz Energia Elétrica, a Coelce, a Aneel e o Estado do Ceará procederam a assinatura do Contrato de Concessão, que outorga à Coelce 30 anos de direitos sobre a Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Ceará.

O Consórcio Distriluz Energia Elétrica assumiu a administração da Companhia no dia 17 de abril de 1998, quando, pela Assembléia Geral Extraordinária e Reunião do Conselho de Administração, foram eleitos os novos administradores. A Companhia é a concessionária, por 30 anos, abrangendo um território de 146.817 km<sup>2</sup>. A Coelce atende a 184 municípios. Os principais são: Fortaleza, Maracanaú, Sobral, Caucaia e Juazeiro do Norte, que representam, aproximadamente, 80% do consumo total.



A Companhia Energética do Ceará possui como objeto:

1 – a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a execução de serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades;

2 – a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização ou permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente;

3 – o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições;

4 – o estudo, a elaboração e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da Companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento;

5 – a prática de demais atos que se fizerem necessários ao abjeto social, bem como a participação no capital social de outras Companhias, no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 1998, é de R\$ 433.057.722,64 (quatrocentos e trinta e três milhões, cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos) formado por 155.710.600.088 ações nominativas sem valor nominal, distribuídas nas seguintes classes:

Classe "A" – Ações Preferenciais – 56.231.442.844

Classe "B" – Ações Preferenciais – 3.343.281.541

Ações Ordinárias - 96.135.874.703

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem o direito a voto. As ações preferenciais de Classe "A" têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento), calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social e prioridade no reembolso de capital pelo valor do patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia. As ações preferenciais Classe "B" têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social e prioridade no reembolso de capital pelo valor do patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia e essas ações poderão ser convertidas em ações preferenciais Classe "A", a requerimento do interessado.

A Coelce efetua os investimentos de acordo com um processo de seleção técnico e econômico, dando-se ênfase as obras de expansão da capacidade de fornecimento da Companhia. No ano de 1998, a Coelce realizou investimentos visando, principalmente, ao aprimoramento dos serviços técnicos, operacionais e de atendimento aos clientes. Durante o ano, o total dos investimentos realizados foi de R\$ 95.978 mil, maior R\$ 20.012 mil em relação ao ano anterior, o qual foi de R\$ 75.966 mil.

A Empresa tem dado prioridade ao controle das perdas de energia, objetivando o uso eficiente dessa energia e o fortalecimento de sua posição econômica e financeira. Em meio às estratégias definidas para atingir este objetivo, foi definido o Plano de Controle de Perdas de Energia, que visa diminuir o índice de perdas mediante a aplicação de programas específicos em cada segmento de mercado da Empresa.

Dado início a este Plano, foram realizados, em 1998, os seguintes Projetos de combate às Perdas de Energia:

Projeto de Normalização de Clientes Convencionais e de Grandes Clientes, que consiste em efetuar um processo de inspeção detalhada e verificação de possíveis irregularidades dos elementos de medição e ligação à rede. No segundo semestre de 1998 foram efetuadas 301.701 inspeções, verificando-se 27.917 irregularidades que afetavam o faturamento da Empresa.

Projeto Eletrificação de Bairros, que visa dotar com energia elétrica residências que, na procura de melhores condições de vida, abdicam de morar na capital do Estado (Fortaleza), localizando-se em zonas circunvizinhas de bairros já urbanizados e providos de energia elétrica. Tais famílias, para ter serviço elétrico, utilizam energia do sistema de distribuição de forma irregular.

O trabalho efetuado nos últimos meses de gestão, com o intuito de diminuir o nível de perdas de energia, possibilitou reverter a tendência crescente do índice de perdas em 12 meses que em março de 1998 atingiu 14,9%, fechando-se o ano com 13,3%.

Em 1998, as vendas de energia elétrica atingiram 5.396.119 MWh, representando um crescimento de 12,9% em relação ao ano anterior que foi de 4.778.358 MWh.

QUADRO II  
MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

| Balanco de Energia<br>Fator (medida) | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    | Varição<br>97/98 |
|--------------------------------------|---------|---------|---------|---------|------------------|
| Demanda Máxima (MW)                  | 776,3   | 851,6   | 905,9   | 999,8   | 10,4             |
| Energia Requerida (GWh)              | 4.690,2 | 5.180,2 | 5.590,9 | 6.221,8 | 11,3             |
| Energia Fornecida (GWh)              | 4.033,7 | 4.428,8 | 4.778,4 | 5.396,1 | 12,9             |
| Residencial (GWh)                    | 1.321,7 | 1.508,7 | 1.657,0 | 1.882,9 | 13,6             |
| Industrial (GWh)                     | 1.295,0 | 1.336,0 | 1.387,4 | 1.522,0 | 9,7              |
| Comercial (GWh)                      | 678,0   | 770,6   | 835,0   | 945,9   | 13,2             |
| Rural (GWh)                          | 219,6   | 244,1   | 290,7   | 346,0   | 19,0             |
| Poderes Públicos (GWh)               | 166,6   | 183,7   | 204,4   | 244,1   | 19,4             |
| Iluminação Pública (GWh)             | 221,0   | 236,5   | 243,4   | 260,9   | 7,1              |
| Serviços Públicos (GWh)              | 116,9   | 132,7   | 138,3   | 175,0   | 26,5             |
| Revenda (GWh)                        | 6,3     | 7,1     | 10,7    | 9,0     | -15,9            |
| Consumo Próprio (GWh)                | 8,6     | 9,4     | 11,5    | 10,3    | -10,4            |

Fonte: Companhia Energética do Ceará. Relatório Anual 1998.



As classes que apresentaram um crescimento mais acentuado durante o ano de 1998 foram as classes de serviços públicos e poderes públicos, porém as classes mais significativas para o mercado de consumo da Coelce são as classes residencial, industrial e comercial, que juntas representam 80% das vendas, com expansão de 13,6%, 9,7% e 13,2%, respectivamente em relação ao ano anterior.

A energia requerida pela Coelce em 1998 totalizou 6.221,8 MWh, registrando-se uma evolução de 11,3% se comparada ao ano anterior. Refletem-se aí as variações ocorridas nas vendas ao mercado e as relativas às perdas. Com isto, o índice de perdas acumuladas para 1998 atingiu o patamar de 13,3% contra 14,5% verificado em 1997. Na sua composição a Chesf é responsável por 99,9% de toda energia requerida pelo sistema elétrico da Empresa.

A demanda máxima em 1998 atingiu 999,8 MW, no mês de novembro, apresentando uma evolução de 10,4%, quando comparada com a máxima registrada em 1997.

Em Novembro de 1998, a Companhia implantou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), o qual tinha por finalidade o redimensionamento do quadro de pessoal em razão da nova estrutura da Empresa. O Programa contou com a adesão de 962 funcionários, o que significou a redução do quadro de pessoal, que passou de 2.859 empregados, em 1997, para 1.834, em dezembro de 1998. A Companhia incorreu em custos de R\$ 22.170 mil com o PDV.

Com a diminuição do número de funcionários, a relação clientes/empregados passou de 489, em dezembro de 1997, para 822, em dezembro de 1998. Vários treinamentos foram realizados com os funcionários com o intuito de melhor qualificá-los.

### **Análise do Resultado de 1998**

A Coelce apresentou um resultado de R\$ 27,7 milhões em 1998, maior em R\$ 5,5 milhões, se comparado com o ano de 1997, que apresentou um resultado positivo de R\$ 22,2 milhões. Dessa forma, a empresa reverteu as perdas ocorridas até março de 1998 (que foram de R\$ 34,5 milhões), obtendo um lucro de R\$ 62,2 milhões entre abril e dezembro.

**QUADRO III**  
**ANÁLISE DO RESULTADO DE 1998**

| <b>Discriminação</b>            | <b>1997</b> | <b>1998</b> | <b>(%)</b> |
|---------------------------------|-------------|-------------|------------|
| Receita Operacional Bruta       | 581.438     | 705.857     | 21,40      |
| Deduções da Receita Operacional | 134.122     | 195.535     | 45,79      |
| Receita Operacional Líquida     | 447.316     | 510.322     | 14,09      |
| Resultado do Serviço            | 17.788      | 33.865      | 90,38      |
| Resultado Financeiro            | (15.797)    | (12.019)    | -23,92     |
| Resultado Operacional           | 1.991       | 21.846      | 997,24     |
| Resultado Não Operacional       | (10.764)    | (4.221)     | -60,79     |
| Lucro (Prejuízo) do Exercício)  | 22.229      | 27.721      | 24,71      |

Fonte: Companhia Energética do Ceará. Relatório Anual 1998

O resultado operacional apresentou um aumento de R\$ 19,8 milhões (997%). Os fatores que explicam esta melhoria foram os seguintes:

- A receita operacional líquida (vendas de energia mais outras receitas operacionais menos as deduções da receita operacional) apresentou um incremento de 14,09%, explicado pelo reajuste de tarifas ocorrido em abril de 1997, o qual implicou um aumento de 10,55% no preço da energia e pelo aumento substancial do mercado em 12,9% (618 GWh), que passou de 4,778 GWh para 5,396 GWh.

As despesas operacionais apresentaram um aumento de 10,9% (R\$ 46,9 milhões) explicado fundamentalmente pelos seguintes fatores:

- Crescimento de 15,36% (R\$ 27 milhões) das compras monetárias de energia devido, principalmente, ao crescimento do mercado e ao reajuste das tarifas de compra de energia de 14,9% ocorrido em 1997. Cabe destacar

a diminuição das perdas de energia de 14,5% em 1997 para 13,3% em 1998.

- Diminuição das despesas de pessoal em 17,7% (R\$ 21,3 milhões), explicado fundamentalmente pela redução de 1025 empregados, o que representa uma variação de 35,85% (de 2.859 para 1.834) compensada pela contabilização de despesas não recorrentes de R\$ 6,5 milhões.
- Contabilização de PDV por R\$ 22,2 milhões.
- Incremento das despesas de depreciação em 4,1% (R\$ 1,4 milhões), explicado pela aplicação das taxas de depreciação vigentes e pelo aumento do ativo imobilizado.
- Incremento de 5,3% (R\$ 3,5 milhões) em outros gastos (materiais, serviços de terceiros e outras despesas), justificados basicamente pela maior atividade em manutenção programada e pela terceirização de funções.
- O resultado financeiro apresentou um aumento de 23,9% (R\$ 3,8 milhões) explicado essencialmente pela melhoria substancial das receitas financeiras em 125% (R\$ 13,7 milhões), pela maior rentabilidade, de R\$ 10 milhões e pelo incremento de R\$ 3,7 milhões na arrecadação de acréscimos moratórios de energia vendida.
- O resultado não operacional foi de R\$ 4,2 milhões, apresentando uma melhoria, em 1998, de 60,8% (R\$ 6,5 milhões), com relação a 1997, que apresentou um resultado de R\$ (10,8) milhões, justificado sobretudo pelos maiores ingressos não operacionais e pelo maior lucro com a alienação de bens não utilizados no serviço.

Os indicadores discriminados no Quadro IV demonstram o desempenho da Coelce durante o período:

QUADRO IV  
DESEMPENHO EMPRESARIAL DA COELCE

| Indicadores                                 | 1996  | 1997   | 1998   | Variação 97/98 |
|---|-------|--------|--------|----------------|
| Resultado do Exercício-R\$ mil              | 4.754 | 22.229 | 27.721 | 24,70          |
| Despesa operacional/receita operacional (%) | 93,62 | 96,02  | 93,36  | -2,77          |
| Remuneração do Investimento(%)              | 6,38  | 9,4    | 19,29  | 105,21         |
| Grau de Endividamento (%)                   | 30,64 | 34,33  | 36,38  | 5,97           |
| Arrecadação/Faturamento (%)                 | 97,00 | 97,05  | 97,04  | -0,01          |
| Tarifa Média de Venda Anual - R\$/MWh       | 86,52 | 97,02  | 100,54 | 3,62           |
| Tarifa Média de Compra Anual - R\$/MWh      | 28,48 | 31,36  | 32,61  | 3,98           |
| Margem de Distribuição - R\$/MWh            | 58,04 | 65,66  | 67,93  | 3,46           |

Fonte: Companhia Energética do Ceará. Relatório Anual 1998.



O quadro mostra o resultado do período de três anos - período de privatização do setor elétrico - onde os esforços são no sentido de tornar as empresas competitivas capazes de ingressar no mercado globalizado. Os dados mostram que o resultado do exercício cresceu consideravelmente nesses últimos três anos. O grau de endividamento sofreu um pequeno aumento, provavelmente em função de financiamentos realizados para custear essas mudanças. A tarifa média tanto de venda como de compra também aumentou.

## CONCLUSÕES

O movimento de transferência de propriedade das empresas estatais à iniciativa privada assumiu diversas formas e se encontra presente no Brasil e na maioria dos países independente do grau de desenvolvimento. Questões de natureza política, conflitos de interesses entre os grupos existentes, críticas e defesas ao desempenho das empresas estatais, crises financeiras, déficits fiscais e a perda da capacidade de financiamento dos Estados são questões comuns a praticamente todos os programas de privatização.

O mercado mundial de energia elétrica que até o início da década de oitenta caracterizava-se pela presença de empresas, geralmente estatais, operando em nível nacional, insere-se neste contexto de transformação e apresenta um crescente nível de concentração e globalização, com as empresas buscando atuar em nível mundial.

O Chile foi pioneiro nesta nova ordem e como tal, cometeu alguns erros que serviram de experiência para futuras privatizações a nível nacional e internacional. O principal desses erros consistiu em desconsiderar-se a possibilidade de integração vertical entre os distintos setores no momento de vender algumas empresas. O resultado pode ser verificado ao observar-se alguns dos proprietários do setor elétrico; especificamente a relação existente entre as empresas *Endesa, Pehuenche, Transelec, Chilectra e Rio Maipo*, responsáveis por atividades distintas como geração, transmissão e distribuição, sendo todas controladas pelo grupo Enersis. Esse erro criou a possibilidade do desenvolvimento de um comportamento oportunista da Enersis, uma vez que esse grupo econômico possui quase todos os direitos para a exploração da água na geração de eletricidade, criando uma forte barreira de entrada ao setor, dificultando a concorrência limpa e justa.

A Inglaterra, segundo país desenvolvido a privatizar o setor de energia elétrica, teve a experiência chilena como ponto de partida, mas apresentou dois aspectos diferenciais no desenvolvimento de suas atividades: tentativa de estímulo à eficiência e desverticalização de sua indústria. Conforme visto, a desverticalização não promoveu o

distribuidoras estão sendo negociadas e não há dispositivo legal que impeça a aquisição de diversas empresas pelo mesmo grupo, acabando a verticalização desejada e com apenas duas empresas geradoras no mercado não existe a negociação por menores preços pretendida.

Seguindo uma direção contrária dos outros países, o Brasil iniciou o seu processo de privatização sem reformular seu mercado ou mesmo estabelecer novos marcos regulatórios. A formulação de um sistema regulador eficiente torna-se um pré-requisito a transferência definitiva do controle acionário.

COELCE

A COELCE ao iniciar seu processo de privatização tratou de aumentar os investimentos, melhorando a infra-estrutura e o desempenho empresarial. Ocorreu nesta época o Programa de Desligamento Voluntário, responsável pelo enxugamento na folha de pagamento. Em 1997 o número de funcionários era de 2.859 funcionários e foi reduzido para 1834 funcionários em 1998. Como consequência a relação cliente/empregado aumentou, passou de 489 em 1997 para 822 em 1998.

As experiências descritas mostram que a privatização dos serviços foi acompanhada de uma tendência ao aumento da eficiência interna das empresas. Companhias anteriormente deficitárias passaram à condição de lucrativas, no mesmo ano da privatização, apresentando crescente redução das dívidas e aumentos consideráveis na rentabilidade e produtividade. Mas este trabalho não se refletiu na qualidade dos serviços prestados. Contudo, a idéia de que a privatização promoveria uma maior competição na indústria pode ser vista como questionável, uma vez que o elevado investimento necessário à montagem das redes e o ganho de escala necessário funcionam com forte barreira à entrada de novos competidores. Isso justifica o posicionamento do grupo Enersis no mercado chileno ou o fato da Inglaterra dispor de apenas duas geradoras. No Brasil isso pode ser observado, uma vez que os grupos disputantes dos leilões são sempre os mesmos alternando-se apenas o vencedor. Assim, a pulverização do capital, inicialmente prevista, dificilmente será concretizada. Um fator positivo observado é a existência de um plano real de investimentos, de forma a tornar possível o atendimento previsto com o crescimento da demanda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Marco Jordão Teixeira do. *Privatização no Estado Contemporâneo*. São Paulo: Icone, 1987.
- BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Programa Nacional de Desestatização – Sistema de Informações*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.
- COELCE, Companhia Energética do Ceará. *Relatório Anual 1998*.
- EXAME Melhores e Maiores. Exame, São Paulo. 1991-98.
- GUIMARÃES, Luiz Ribeiro. *Processo de Privatização da CHESF*. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Curso de Mestrado em Finanças – UFPA, João Pessoa, Dez/98.
- HANKE, Steve H. *Privatizar para crescer*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.
- NASCIMENTO, Gilberto. *A iminência de blecautes incentiva consumidores e empresas a tentarem reaver e prevenir prejuízos*. Revista Isto É. Nº 1454 de 26 de maio de 1999. Página 54.
- ROSS, A. Stephen, WESTERFIELD, Radolph, JAFFE, Jeffrey. *Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.
- SAVAS, E. S. *Privatização – A solução para um governo melhor*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.